



Apreciação da Informação Escrita do Presidente da CML: Out./Nov. 2017

Intervenção da deputada municipal do PEV Cláudia Madeira
Assembleia Municipal de Lisboa, 19 de Dezembro de 2017

Começando pela **Taxa Municipal de Protecção Civil de Lisboa**, o Tribunal Constitucional deliberou que é inconstitucional, decisão que Os Verdes saúdam.

Obviamente agora a CML terá de actuar em conformidade com esta decisão.

Esta taxa começou a ser cobrada em 2015 e, desde o início da sua decisão, alertámos para a possibilidade de estarmos perante uma taxa inconstitucional. O executivo ignorou e avançou com a sua aplicação. Da nossa parte, sempre nos opusemos e votámos contra.

Não fazia qualquer sentido cobrar esta taxa que não era um serviço fornecido aos munícipes, é uma obrigação da Câmara Municipal! A protecção civil é uma das funções gerais do Estado, não devendo por isso ser financiada por taxas pagas pelos munícipes.

Por tudo isto e por ser desproporcional e desadequada, deveria ter sido revogada. E há apenas cinco dias houve essa possibilidade com a proposta apresentada pelo PCP em reunião de Câmara mas que foi chumbada com os votos contra do PS, a abstenção do BE e o voto de qualidade do Presidente da Câmara Municipal. Portanto, se até agora a taxa ainda não tinha sido revogada, foi por pura falta de vontade política.

Passando agora à análise da Informação Escrita do Sr. Presidente há um conjunto de assuntos que Os Verdes consideram necessário abordar:

Apesar de encontrarmos nesta Informação Escrita três breves referências ao problema dos **solos contaminados**, nada é dito relativamente à Comissão Técnica de monitorização de obras em solos contaminados, da qual a Câmara Municipal de Lisboa faz parte, e que foi constituída em Fevereiro, portanto há dez meses, para acompanhar as obras do Hospital da CUF Descobertas e outros casos semelhantes.

Entretanto, foi iniciada mais uma obra para construção de um edifício destinado a habitação e comércio em frente ao terreno da CUF, e Os Verdes consideram que é fundamental evitar qualquer situação que coloque em risco o ambiente e a saúde das populações, sendo necessário garantir que todos os procedimentos foram e estão a ser rigorosamente cumpridos.

Assim gostaríamos de ser esclarecidos sobre as medidas que foram definidas por esta Comissão Técnica e que acompanhamento está a ser feito pela autarquia em relação à nova obra no Parque das Nações, de forma a evitar os problemas registados aquando do início das escavações para a construção do parque de estacionamento subterrâneo da CUF.

É igualmente importante sabermos se antes do início destas novas obras foram realizadas análises aos solos e qual foi o seu resultado.



Os Verdes recordam que no anterior mandato trouxeram várias vezes este assunto a este plenário, e foram aprovadas várias medidas propostas pelos Verdes como a elaboração de uma listagem das obras que estão a decorrer com risco de conterem solos contaminados, a divulgação dessa lista assim como dos documentos relativos às medidas adoptadas em caso de contaminação de solos e a apresentação do caderno de encargos dos concursos lançados e a lançar para as obras municipais em solos susceptíveis de se encontrarem contaminados.

Sr. Presidente e Srs. Vereadores, a informação que nos tem chegado, e aos munícipes, é pouca ou nenhuma pelo que relembramos a necessidade de toda a documentação ser enviada a esta Assembleia com a maior urgência.

Na área da cultura, soube-se há dois dias, pela comunicação social, que a CML estaria a repensar a rede de teatros municipais e que era intenção do executivo entregar a gestão do **Teatro Maria Matos** a privados, tal como sucedeu com o Capitólio, depois de ter sido reabilitado com fundos públicos. Ou seja, mais uma vez estamos perante a externalização e a privatização de serviços que são competência da Câmara.

Para Os Verdes, estamos perante exemplos demonstrativos de uma concepção para a área da cultura com a qual é preciso romper, o que passa pela reversão do esvaziamento do pelouro da Cultura que se tem registado nos últimos anos.

O PEV opõe-se a esta posição por parte da Câmara que nem sequer foi alvo de discussão. Estará, por exemplo, o executivo em condições de informar este plenário sobre qual a opinião dos agentes culturais, dos trabalhadores e da população? Foram, em momento algum, ouvidos para definir a política cultural? Mais uma vez, o PS apresenta-se como um evidente favorecedor do interesse privado, orientação que Os Verdes rejeitam e que é o caminho errado.

Relativamente ao **projecto Refeições Saudáveis**, que tem como objectivo melhorar os estilos de vida e o consumo alimentar das crianças e das suas famílias, chegou-nos a informação de que teria sido extinto na Escola Básica Santa Clara (antiga Escola do Convento do Desagravo), que foi pioneira neste projecto. Gostaríamos portanto que a Câmara nos esclarecesse sobre o motivo para esta decisão, tendo em conta a importância deste projecto e que a ideia seria alargá-lo a todas as escolas do município, tal como foi afirmado pela então Sra. Vereadora da Educação, em Junho de 2016.

A este propósito, o Agrupamento de Escolas informou os encarregados de Educação do seguinte: "O Agrupamento de Escolas Gil Vicente só soube desta alteração perto do início do ano lectivo, e contava que o projecto tivesse continuidade este ano lectivo. Quem decidiu a extinção do projeto foi a CML"

Ora, esta situação parece-nos lamentável e sobre isto, na Informação Escrita, nem uma vírgula!

Como se não bastasse, as refeições deixaram de ser confeccionadas no local por meios próprios, para passar a ser contratada uma empresa para esse efeito, quando ainda no dia 21 de Novembro esta Assembleia aprovou uma recomendação para se estudar a



possibilidade de reverter o fornecimento de refeições escolares por empresas privadas, privilegiando a confecção no local.

Sobre o **Arquivo Municipal**, recordamos que este arquivo integra alguns dos mais importantes e antigos documentos da história da cidade, e que parte do acervo está em garagens, sujeito a humidade e infiltrações, correndo-se o risco de perder para sempre parte deste património.

Nos últimos meses, tem-se trabalhado na recuperação das instalações do Alto da Eira, com o propósito de reinstalar o Arquivo Municipal. Convém lembrar que o Arquivo já ali esteve alojado, mas estas instalações foram abandonadas por serem provisórias e precárias e acabaram por ser fechadas depois de Instituto Ricardo Jorge as ter considerado impróprias em termos ambientais e de saúde pública.

A informação que encontramos neste relatório refere-se à requalificação das Torres do Alto da Eira através de várias empreitadas mas sem especificar o que foi ou vai ser feito. Por isso mesmo, gostaríamos de saber em que ponto de situação se encontra este processo, qual a calendarização prevista e em que condições estão estas instalações para receber o Arquivo Municipal e os seus trabalhadores. Gostaríamos também de saber que medidas estão a ser implementadas no sentido de recuperar e manter o acervo do Arquivo Municipal.

Para terminar, sobre a **Carris** e numa altura em que passou um ano da sua transferência para a autarquia, seria fundamental que o executivo explicasse por que razão as queixas dos utentes são diárias.

E não são apenas Os Verdes que o dizem. No dia 21 de Novembro saiu uma notícia no Jornal Público com o seguinte título “Eles querem mudar tudo e não conseguem mudar nada”.

De facto, os utentes chegam mesmo a dizer que ouviram anúncios acerca das medidas que iam ser tomadas, mas não sentem qualquer melhoria no serviço. Aliás, é quase unânime a opinião de que nada parece ter melhorado e basta ser utilizador dos transportes para perceber isso: o sistema está na mesma, os tempos de espera são longos e grande parte dos painéis informativos não funcionam.

Portanto, mais do que os habituais anúncios que andam a ser repetidos há mais de ano, e lembro que o Sr. Presidente da Câmara nessa altura garantiu que haveria melhorias “já no primeiro semestre de 2017”, Os Verdes gostariam de ouvir o executivo sobre a razão pela qual, contrariamente a tudo o que foi dito e prometido, estamos no final do ano e as queixas em relação à Carris são permanentes.

Para os utentes, promessas vãs mantendo esta situação são insuportáveis!